



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA EM GESTÃO DE
COOPERATIVAS**

ROSEMEIRE DO BONSUCESSO DOS SANTOS

**SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MURITIBA E SUA
ATUAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR**

CRUZ DAS ALMAS

2018

ROSEMEIRE DO BONSUCESSO DOS SANTOS

**SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MURITIBA E SUA
ATUAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Tecnologia em Gestão de Cooperativas, do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão de Cooperativas.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Georgina Rocha

CRUZ DAS ALMAS

2018

ROSEMEIRE DO BONSUCESSO DOS SANTOS

**SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MURITIBA E SUA
ATUAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi submetido à Coordenação do Curso de Graduação em Tecnologia em Gestão de Cooperativas como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Tecnóloga em Gestão de Cooperativas, outorgado pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Aprovada em ____ / ____ / ____

Prof.^a Dr.^a Ana Georgina Peixoto Rocha (Orientadora)

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/UFRB

Prof.^a Dr.^a Alicia Ruiz Olalde

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/UFRB

Prof.^a Dr.^a Kassia Watanabe

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/UFRB

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MURITIBA E SUA ATUAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR¹

Rosemeire do Bonsucesso dos Santos

Resumo

Este trabalho tem como tema sindicalismo rural e agricultura familiar. O objetivo é discutir o papel do sindicato dos trabalhadores rurais para o fortalecimento da agricultura familiar. Para atingir os objetivos, foi realizado um estudo de caso no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Muritiba, no Território do Recôncavo, estado da Bahia. Foram realizadas entrevistas com 15 agricultores membros do Sindicato e com o presidente. Buscou-se analisar a atuação do Sindicato, a partir da própria percepção dos agricultores. Os resultados apontam a importância do Sindicato para o fortalecimento dos agricultores familiares, enquanto sujeitos políticos, apesar da presença de práticas assistencialistas. O estudo de caso realizado evidenciou também, a partir da noção de capital social, relações de confiança e cooperação entre os membros, importante para pensar o fortalecimento dessa organização representativa dos agricultores.

Palavras-chave: Sindicalismo Rural. Agricultura Familiar. Capital Social.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso, em formato de artigo, apresentado ao Curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas, sob a orientação da Professora Ana Georgina Peixoto Rocha.

1. Introdução

Este artigo aborda o sindicalismo rural e sua atuação na agricultura familiar. Essa categoria apresentou um processo de revalorização a partir dos anos 1990, resultado do seu reconhecimento enquanto um ator importante no desenvolvimento socioeconômico brasileiro. O reconhecimento da agricultura familiar tem impacto nos sindicatos, que passam a ter uma atuação mais direcionada para essa categoria.

“Os sindicatos, as cooperativas e as associações são três modalidades de organizações que apontam práticas cidadãs. São modelos associativos diferentes e tenta, a partir de uma noção de controle democrático (assembleias, consenso, sobre as divergências), estabelecer outro tipo de sociabilidade fundada na solidariedade” (CATTANI, 2003, p.25). Sinalizam estratégias sociais que permitem o gerenciamento do bem comum, onde o controle é de “baixo para cima”; buscam propor modelos plurais de atuação e instauram um movimento de interação dos espaços econômicos, sociopolíticos e culturais numa perspectiva mais ampla (CATTANI, 2003).

O objetivo geral desse trabalho é discutir o papel do sindicato dos trabalhadores rurais para o fortalecimento da agricultura familiar. Os objetivos específicos são: compreender o desenvolvimento do sindicalismo rural no Brasil; analisar as atividades desenvolvidas pelo sindicato; entender os desafios do sindicato para a atuação na agricultura familiar; analisar a visão dos agricultores associados sobre o sindicato; e analisar a atuação do sindicato a partir da noção de capital social.

Metodologicamente, a pesquisa de campo foi feita através de um estudo de natureza qualitativa. O trabalho apresenta os resultados do estudo de caso feito no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Muritiba, no Território do Recôncavo da Bahia. Gil (1994) argumenta que o estudo de caso é caracterizado por um estudo exaustivo e aprofundado de um ou poucos objetos, permitindo conhecimento amplo e específico do objeto pesquisado.

As informações foram adquiridas através de dados primários e secundários. Os dados primários foram coletados através de entrevistas semiestruturadas com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e com quinze agricultores de nove comunidades rurais do município. Richardson (1989) destaca que a entrevista é uma técnica importante

que permite o desenvolvimento de uma estreita relação entre pessoas. É o modo de comunicação onde determinada informação é transmitida de uma pessoa A para uma pessoa B. Além da pesquisa bibliográfica, os dados secundários foram adquiridos também através da consulta aos documentos do Sindicato, a exemplo das atas e do estatuto. Richardson (1999) ressalta que a análise documental pode ser identificada como a observação que tem como objeto não os fenômenos sociais, quando e como se produzem, mas as ações que registram estes fenômenos e as ideias elaboradas a partir deles.

O interesse em pesquisar o sindicato de trabalhadores justifica-se pela importância fundamental de defender os direitos dos agricultores familiares. Considerando também as recentes mudanças no meio rural, é importante compreender como o sindicalismo rural vem atuando na defesa dos trabalhadores rurais e da agricultura familiar. A escolha do tema foi feita também pelo fato de ser filha de trabalhadores rurais. E, sabendo da importância do sindicato para os agricultores familiares, veio a inquietude de saber de que forma está sendo a atuação do sindicato no município onde a estudante reside (Muritiba).

Este artigo está dividido em quatro seções, além da Introdução e das Considerações Finais. Na segunda seção, apresentamos um histórico do sindicalismo, buscando entender como ocorreu o seu processo de formação no Brasil, com foco no sindicalismo rural. A terceira seção discute a agricultura familiar e o reconhecimento desse segmento enquanto sujeitos políticos. É destacado o conceito de capital social, para compreender relações de cooperação e confiança nas organizações representativas dos agricultores. Na quarta seção, são apresentados os resultados do estudo de caso realizado no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Curitiba.

2. Contextualização do sindicalismo brasileiro

As literaturas especializadas relatam que o sindicalismo surgiu no Brasil na virada do século XIX para o XX, através de experiências trazidas por imigrantes europeus. A partir daí os brasileiros começaram a pensar em melhores condições de trabalho.

No Brasil, a partir da década de 1930, a classe operária ganhou uma maior importância pois o país tornou-se industrial. O conflito entre capital e trabalho passou a ser visto como uma questão política. A estrutura sindical corporativista dependente e ligada ao Estado, inspirada no fascismo italiano, criou o Ministério do Trabalho, a Justiça

do Trabalho e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A formação dos sindicatos oficiais, do imposto sindical e a política populista de Getúlio Vargas incentivou o aparecimento dos chamados “pelegos”. A palavra “pelego”, que significa a manta que se coloca entre o cavalo e a sela de montar, passou a ser usada para rotular os dirigentes sindicais que ficavam amortecendo os choques entre os patrões e os cavalos que, no caso, era a classe trabalhadora (MIRANDA, 2011).

De acordo com Almeida (2008), nesse período, o movimento sindical se transformou em um ator coletivo. Aproveitando-se de sua intimidade com as políticas estatais, o sindicalismo obteve benefícios materiais e projeção social para as massas trabalhadora urbanas, apesar de sua fragilidade como organização e movimento social.

Santos (2014) relata que, também nessa época, o Ministério do Trabalho é que tomava a decisão de intervir nos sindicatos, vetando candidaturas, destituindo diretorias eleitas, trocando-a por interventores. Tudo isso de acordo com a legislação trabalhista. “[...] a CLT que dava amplo poder de atuação ao governo através do Ministério do Trabalho” (SANTOS, 2014, p. 3).

Em 1963, foi fundada a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Logo após, em 1964, veio o golpe militar onde as organizações começaram a sofrer repressão. Sua evolução inaugurou uma nova ordem autoritária, sob a qual desenvolveu uma aliança de domínio autoritário, criado na exclusão social das classes trabalhadoras e no estrangulamento político do movimento operário e sindical. A partir daí os movimentos sindicais praticamente desapareceram, porém, os sindicatos não fecharam as portas. Continuaram a executar as rotinas que estavam previstas na legislação trabalhista (ALMEIDA, 2008).

A igreja católica teve um papel importante no processo de construção do sindicalismo. “Isso não significou, no entanto, que a tarefa tenha sido simples, e, muitas vezes, também sobre os sindicalistas “cristãos” se abateu a repressão” (MEDEIROS, 1998, p. 87).

“No período da Ditadura Militar, houve uma privatização de empresas estatais e uma expansão do capitalismo que ampliou significativamente a classe trabalhadora” (REIS *et al*, 2013, p. 3). Ainda de acordo com Reis *et al* (2013), em 1978, as greves voltaram com força após vários anos de repressão. Em 1980, surgiu um novo movimento que ficou conhecido como “Novo Sindicalismo”.

Para Almeida (2008), esse novo sindicalismo trazia como demanda autonomia e interesse profundo de afirmação de uma identidade operária, construída na experiência

do exílio político de uma cidadania social de segunda classe. “As políticas salarial e trabalhista do governo deixaram de ser assunto apenas das novas lideranças sindicais e transformaram-se no movimento de trabalhadores, que ao arripio da lei reconquistaram a greve como direito e como arma” (ALMEIDA, 2008, p. 10).

Esse movimento sindical tem força junto à classe trabalhadora e atua fortemente na defesa dos interesses igualitários e na luta de classes por seus direitos. “Vai também abranger os trabalhadores rurais que vêm com um forte movimento de luta pela reforma agrária. O sindicalismo rural veio fortemente na presença da esquerda católica que influenciou o Movimento dos Sem-Terra em 1984” (REIS *et al*, 2013, p. 3).

Nesse cenário, em 1983, nasce a Central Única dos Trabalhadores (CUT). “A CUT passou a ocupar um lugar de destaque no cenário político, seus sindicatos passaram a partilhar de uma mesma identidade, mas não se superou os limites do sindicato único de base municipal, sem enraizamento local” (FAVARETO, 2006, p. 36).

De acordo com Medeiros (2012), no segundo congresso da CUT, foi criada a Secretaria Nacional dos Trabalhadores Rurais. No congresso seguinte, em 1988, essa secretaria foi transformada em Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR), que organizava o sindicato cutista. Era possível organizar sindicatos por ramo de atuação ou preservar a estrutura existente, disputar federações ou criar estrutura estadual autônoma.

Ainda de acordo com Medeiros (2012), em 1995, a CONTAG filou-se à CUT. Esse fato não resolveu alguns dos principais problemas do sindicalismo, que são as práticas assistencialistas. Quando rompia com essas práticas, “[...] constatava-se o abandono do sindicato por grande número de associados, o que sugeria dificuldade de alguns sindicalistas em sintonizarem-se com as demandas do cotidiano dos trabalhadores e de as traduzirem para uma linguagem mobilizadora” (MEDEIROS, 2012, p. 711).

2.1 Sindicalismo rural no Brasil

No Brasil, até meados do século XX, não existia uma definição exata para caracterizar os trabalhadores do campo. Eram denominados de formas diferentes em cada região do país: no Nordeste, tabaréu; São Paulo, caipira, colono, entre outras nomenclaturas. As tentativas de formação da identidade política dos agricultores do campo começam a se mobilizar por volta da década de 1950, através de termos como

lavrador, trabalhador agrícola, camponês. Porém, com o surgimento dos sindicatos rurais surge também a identidade de trabalhador rural (PICOLOTTO, 2009).

Picolotto (2009) destaca que os trabalhadores do meio rural não adquiriram os mesmos direitos dos trabalhadores urbanos, por conta disso lutaram pela extensão dos direitos trabalhistas. Com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, é que alguns direitos foram conquistados como o direito à sindicalização. Esses direitos eram fortemente controlados pelos órgãos estatais.

Essa regulamentação tem sua origem quer nos conflitos que ocorriam em diversos locais no campo brasileiro, quer na ação de diferentes agentes de mediação que impulsionaram a organização dos trabalhadores e os apoiaram na criação de sindicatos. Entre eles, destacaram-se o Partido Comunista e a Igreja Católica (MEDEIROS, 2012, p. 706).

Com a regulamentação da sindicalização rural, a legislação permitia a criação de apenas um sindicato por município. Com isso, houve uma grande mobilização no campo em busca de conseguir a carta sindical. Havia duas maneiras distintas de conseguir esse documento: o encaminhamento da documentação necessária ao Ministério do Trabalho, ou através de barganhas e pressões no interior da Comissão Nacional de Sindicalização Rural. As forças políticas tinham o interesse de ter em suas mãos o maior número possível de sindicatos, com isso garantiria o controle sobre a federação a ser criada a nível estadual e posteriormente em âmbito nacional. É válido ressaltar que, na maioria das vezes, o trabalhador passava longe dessa disputa, que se dava a nível das direções (MEDEIROS, 1989).

Picolotto (2009) destaca que essa legislação foi constituída para limitar a ação das organizações camponesas, tirar sua capacidade de autogoverno e, com isso, diminuir seu anseio pela direção política nacional. Dessa forma, os candidatos eram controlados para ter alguns direitos sociais e para limitar as demandas políticas dos trabalhadores. Essa situação permite considerar que os direitos até então vigentes para os trabalhadores rurais eram limitados e dificultava bastante as probabilidades de exposição de suas demandas. “Com isso, estes eram cidadãos limitados, não podiam requerer direitos para além daqueles que as leis permitiam e o Estado autorizava” (PICOLOTTO, 2009, p. 9).

Picolotto (2009) ainda destaca que o modelo de constituição do sindicalismo rural brasileiro deixa em segundo plano a participação efetiva dos trabalhadores ou agricultores no processo de formação dos sindicatos. Não se tratava de um movimento vindo dos

próprios trabalhadores (de “baixo para cima”) mas, ao contrário, convertia os trabalhadores ou agricultores em sujeitos passivos diante das forças políticas atuantes no campo.

Como diversas forças políticas atuavam no campo tentando organizar os trabalhadores – Partido Comunista Brasileiro (PCB), diferentes vertentes da Igreja Católica, Ação Popular (AP), Ligas Camponesas –, elas concorriam pelo controle dos sindicatos, de forma a obter a direção das federações, e da confederação nacional que seria criada posteriormente (MEDEIROS, 2012, p. 707).

Desse processo, surge a Confederação Nacional da Agricultura (CONTAG). Reconhecida em janeiro de 1964, a CONTAG assumiu dois compromissos básicos: a luta pelo reforço e ampliação dos sindicatos, bem como da unidade do movimento, e a encampação das resoluções do Congresso de Belo Horizonte (MEDEIROS, 1989, p. 78).

Logo após o reconhecimento da CONTAG, houve o golpe militar mudando os rumos das lutas trabalhadoras e do sindicalismo rural. Vários sindicatos recém-criados se extinguíram. Na CONTAG e em algumas federações aconteceu o mesmo. “Não se tratava de eliminar os sindicatos, mas sim o “perigo comunista”, e, por meio de intervenções, dar uma nova direção política às organizações existentes. Na maior parte dos casos, os interventores eram ligados à Igreja Católica” (MEDEIROS, 2012, p. 707).

Segundo Malagodi (2003), foram grandes as mudanças no decorrer do golpe militar, o Estado não deixaria de atuar no sindicalismo rural, seria implantada uma política nova de ação em relação aos trabalhadores rurais. Destaca-se que, a partir de 1965, em primeiro lugar o regime militar uniu todas as categorias de trabalhadores rurais em uma única, formando assim o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) a nível municipal, em nível estadual, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG), e a nível federal, a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais na Agricultura (CONTAG).

Medeiros (2012) ainda ressalta que, logo após o golpe, trabalhadores ligados ao sindicalismo cristão planejaram ações para assumir a direção de algumas federações.

Em 1971, foi aprovado o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural). Nesse período, existia uma grande rede de sindicatos controlados pela CONTAG, depois dessa aprovação essa rede cresceu ainda mais, os sindicatos tornaram-se mediação de direitos para os trabalhadores receberem direitos previdenciários (aposentadoria, auxílio-doença, pensão), assistência médica e dentária (MEDEIROS, 2012). Favoreto completa que,

O Funrural completou aquela tríade institucional ao permitir que as entidades de representação celebrassem convênios para a prestação de assistência médica e de saúde, contribuindo fortemente para a ampliação do número de sindicatos e, mais que isso, para moldar uma prática sindical que, em muitos casos, se resumia ao assistencialismo (FAVARETO, 2006, p. 31).

Os congressos da CONTAG eram momentos de expor as diferenças entre os segmentos que faziam parte desse amplo leque que a categoria trabalhador rural representava. Também era a ocasião que se reafirmava a unidade de representação dos sindicatos, federações e confederações e consolidava bandeiras de lutas (MEDEIROS, 2012).

A partir da década de 1970, principalmente, começou no Brasil o movimento de oposição ao sindicalismo anterior dos anos 1945/1964, o chamado “Novo Sindicalismo”. Esse movimento nascia da base (classe trabalhadora), que fazia suas reivindicações frente aos partidos e ao Estado.

No caso brasileiro, a expressão “novo sindicalismo” também se aplica a situações similares àquelas assinaladas por Hobsbawm. Ela serviu para nomear o vigoroso movimento de retomada das lutas e da mobilização social em pleno contexto de ditadura, a emergência de lideranças fortes e de experiências inovadoras que questionaram a tradição sindical anterior e, ainda, a explosão no número de trabalhadores filiados (FAVARETO, 2006, p. 29).

Os temas que guiaram e consolidaram o novo sindicalismo foram: o Estado visto como opressor e, ao mesmo tempo, como gerador da modernização que causa exclusão. Reforma agrária, direitos trabalhistas e fim da violência no campo eram as reivindicações básicas e traziam para o mesmo campo de oposições o latifúndio, o patronato, e os agentes da violência, a exemplo das empresas colonizadoras. E também as críticas a estrutura sindical oficial, vistas como instrumento de restrição e manipulação dos trabalhadores (FAVARETO, 2006).

Os anos de 1980, devido à grave crise econômica que atingiu o país, ficaram conhecidos como a “década perdida”. Medeiros (2012) destaca que, nesse período, sobre o comando da CONTAG ocorreram greves de assalariados rurais e manifestações públicas por melhores preços para os produtores agrícolas. Envolvendo-se fortemente nas lutas pelo fim do regime militar, a CONTAG teve um papel importante na incorporação da reforma agrária como uma bandeira de Aliança Democrática – articulação de forças que se opunham ao regime militar – e apoio à proposta do Plano Nacional de Reforma

Agrária (PNRA) elaborada no início da Nova República. “Com isso, buscava adequar-se aos novos tempos de abertura política e reconstruir a hegemonia do sindicalismo de trabalhadores sobre a condução dos conflitos no campo” (MEDEIROS, 2012, p. 110).

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) foi fundada em 1983, é fruto das manifestações populares e engloba todos os sindicatos do país. Favareto (2006) diz que, apesar de ter participado do processo de articulação e sediar várias reuniões preparatórias, a CONTAG decidiu não referendar a criação da central. O estopim para divergência entre esse grupo foi a resolução adotada pelo grupo organizador do I congresso realizado em São Bernardo do Campo, onde foi fundada a CUT. A CUT permitia a participação das oposições sindicais que a CONTAG entendia como uma afronta ao princípio da unidade sindical. No I congresso da CUT, o setor rural foi responsável pela maior representação setorial, superando os trabalhadores da indústria.

É importante destacar que o sindicalismo da CUT não conseguiu acabar como o modelo de organização do sindicalismo de base municipal, unitário e com pouco enraizamento na base. Apenas conseguiu dar alguns passos no sentido de diversificação da representação sindical no campo através de formação de uma federação específica de empregados rurais do estado de São Paulo, separada da organização dos pequenos produtores. Porém, a grande maioria dos sindicatos cutistas no campo permaneceu representando os trabalhadores assalariados como também os pequenos produtores (PICOLOTTO, 2009).

Nesse quadro de crise do sindicalismo rural, ocorre, em 1995, a filiação da CONTAG à CUT e o início de um novo ciclo no sindicalismo rural brasileiro, com a adoção da nova identidade política de "agricultor familiar" e do "projeto alternativo de desenvolvimento rural" elaborado, inicialmente, pela CUT e, logo em seguida, também adotado pela CONTAG (PICOLOTTO, 2009, p. 17).

Medeiros (2012) diz que a persistência de tensões foi acompanhada de um grande esforço de conduzir questões e de tentativa de unificar diretrizes e concepções, consolidado no projeto CUT/CONTAG de Formação Sindical e que resultou no esforço de produção de um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, que se iniciou em 1997. No mesmo momento, ocorriam grandes mobilizações, como os Gritos da Terra e as Marchas das Margaridas, que consolidavam as bandeiras de

lutas dos anos 1970. “Essas iniciativas acabaram por colocar em destaque o lugar do que passou a se chamar de agricultores familiares” (MEDEIROS, 2012, p. 712).

Medeiros (2012) ressalta que, ao longo dos últimos anos de grandes mudanças no sindicalismo rural brasileiro e de disputa pela representação dos trabalhadores do campo, a grande novidade foi a afirmação da agricultura familiar como uma das principais bandeiras das diferentes vertentes sindicais.

3. Agricultura familiar, capital social e sindicalismo rural

Os “pequenos agricultores” começaram a ganhar lugar de mais destaque nas disputas políticas que golpeavam o sindicalismo, ganhando novo formato através do seu reenquadramento dentro de um reconhecimento da situação agrícola e agrária do país, o que levou a pensar em um “novo modelo de desenvolvimento”. As atividades de intercâmbios internacionais foram muito importantes nesse processo. Essas atividades eram promovidas pela igreja e por organizações não governamentais, levando várias lideranças sindicais a conhecer experiências europeias e ao crescente debate sobre a agricultura familiar (PICOLOTTO; MEDEIROS, 2014).

De acordo com Picolotto e Medeiros (2014), o reconhecimento do agricultor familiar como ator social importante ocorreu, de um lado, devido às mobilizações no campo, especialmente o “Grito”; e, do outro, a disputa em torno de quem deveria ser o público preferencial para ações governamentais no campo.

Por meio de uma luta simbólica movida pelo sindicalismo, por setores acadêmicos e por algumas instituições governamentais, a agricultura familiar passou a ser associada com adjetivos considerados positivos, tais como: moderna, eficiente, sustentável, solidária e produtora de alimentos. Tais reversões de valores estão intimamente vinculadas ao processo de construção da agricultura familiar enquanto modelo de agricultura do tempo presente e o agricultor familiar, seu sujeito, passa a ser um personagem político importante no cenário nacional (PICOLOTTO, 2011, p. 14).

Ploeg (2014) destaca que é complicado definir a agricultura familiar; “a agricultura familiar também é difícil de ser compreendida por ser em essência, um fenômeno complexo e multidimensional” (PLOEG, 2014, p. 7). Alguns estudiosos conceituam a agricultura familiar como sendo uma forma de produção com determinadas

características, onde as experiências são acumuladas e que os conhecimentos são transmitidos de geração em geração.

Picolotto (2014) relata que a agricultura familiar passou por um processo difícil de ser reconhecida como sujeito de direito. A criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, em 1995, foi um marco importante no processo de valorização dessa categoria.

Para Wanderley (2000), a partir da criação do PRONAF, foi possível o reconhecimento da agricultura familiar como uma nova categoria política no meio rural. Antes visto como pobre, produtores de baixa renda, passaram a ser conhecidos como portadores de uma agricultura diferente e alternativa à agricultura latifundiária e patronal existente no país.

Segundo o estipulado pela Lei nº 11.326 de 2006, “(...) considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: (I) não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; (II) utilize predominantemente mão-de-obra da própria família (...); (III) tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento” (BRASIL, 2006).

Ploeg (2014) analisa a importância das políticas públicas para o fortalecimento dessa categoria:

As políticas públicas, por sua vez podem fazer com que sejam garantidos os direitos dos agricultores familiares e que sejam realizados investimento suficiente em infraestrutura, pesquisa e extensão, educação, abertura de canais de mercado, seguridade social, saúde, entre outras áreas. Isso proporciona aos agricultores familiares a segurança para investir em seus próprios futuros, como recentemente reafirmou o prestigiado Painel de Alto Nível de Especialistas em Segurança Alimentar e Nutricional (PLOEG, 2014, p. 14).

Por outro lado, Picolotto e Medeiros (2014) afirmam que o PRONAF passava a atender uma parte das bases sindicais (os agricultores familiares em melhores condições de produção), deixando de lado um gigantesco segmento em processo de empobrecimento crescente.

De acordo com Picolotto (2014), o processo de formação dos agricultores familiares como personagens sociopolíticos na Região Sul contou com várias iniciativas do sindicalismo. Em 1996, começaram a ser feitas ações de animação de base, que foi um

grande conjunto de atividades com o objetivo de construir uma relação entre a direção e a base e também foram realizados debates e organizações dos agricultores familiares.

Ainda de acordo com Picolotto (2014), em 1999, no II Encontro da Agricultura Familiar da Região Sul foi construída a Frente Sul da Agricultura Familiar, uma organização que reuniu diversos atores da agricultura familiar. O objetivo maior dessa organização foi obter o reconhecimento da agricultura familiar como personagem social e do seu modelo de agricultura que, apesar de ser responsável por grande parte da produção agropecuária do país, foi ao longo dos anos submetido às condições de inviabilidade socioeconômica mediante as grandes fazendas de produção e seus atores de representação. “[...] agricultura familiar (em substituição do pequeno produtor) como identidade coletiva do grupo de agricultores e a ela passava a associar ideias positivas, tais como: produtora de alimentos, moderna e sustentável” (PICOLOTTO, 2014, p. 213).

As relações de confiança e cooperação entre os agricultores familiares são elementos importantes no processo organizativo da agricultura familiar, contribuindo para o fortalecimento de suas organizações representativas. Nesse sentido, o capital social é um conceito fundamental que pode também ser analisado para compreender o sindicato rural e o seu papel na agricultura familiar.

De acordo com Putnam (1993, p. 177), “o capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas. Dessa forma, o capital social facilita a cooperação espontânea”.

Ainda de acordo com Putnam (1993), a confiança provoca cooperação. Quanto maior o nível de confiança em uma comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação. Por outro lado, a própria cooperação gera confiança. As regiões mais bem-sucedidas, segundo Putnam, são compostas por fortes laços de reciprocidade, com presença sólida de redes de engajamento cívico, onde a cooperação é voluntária.

Para Baptista *et al* (2008), capital social é muito importante para o desenvolvimento de uma comunidade. Deve-se adaptar políticas que possam trabalhar o capital social comunitário de modo que surjam novas iniciativas coletivas baseadas na cooperação e na confiança, no sentido de promover o desenvolvimento do país.

Malagodi (2003) considera os sindicatos dos trabalhadores rurais como espaço de aglutinação dos agricultores familiares e trabalhadores rurais, visto como um espaço de

organização e canal de propagação de (novos) interesses sindicais e políticas dos agricultores familiares.

De acordo com Abramovay (2000, p. 4), “o capital social é produtivo, já que ele torna possível que se alcance objetivos que não seriam atingidos na sua ausência”. Nesse sentido, o sindicato pode buscar na confiança e na cooperação elementos para o fortalecimento de suas ações, estimulando o engajamento dos seus associados no trabalho desenvolvido. Abramovay (2000) ressalta que a cooperação implica na existência de riscos, porém o controle só é concreto se os atores interiorizam os elementos morais pressupostos na colaboração entre eles. “A cooperação voluntária é mais fácil numa comunidade que tenha herdado um bom estoque de capital social sob a forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica” (PUTNAM, 1993, p. 177).

De acordo com Baptista *et al* (2008), sendo a cooperação e laços de confiança e solidariedade determinantes no processo de desenvolvimento de uma comunidade, é necessária maior atenção por parte dos governantes para incentivar atividades e políticas que promovam a interação entre as pessoas. Essas atividades reforçam os laços e aumentam o estoque de capital social.

Para Almeida (2014), o bem-estar social é o resultado da combinação de indicadores naturais e ambientais, acesso à saúde e conhecimento; do acesso aos recursos monetários e às condições de acesso ao trabalho, o que mostra que a interação do capital social com os demais capitais (natural, humano e financeiro) pode influenciar positivamente no desenvolvimento de uma sociedade.

Entende-se o capital social como um elemento importante para o fortalecimento dos sindicatos. Ou seja, um sindicato em que existem relações de confiança e normas/valores que estimulam a cooperação entre os associados será provavelmente uma organização mais estruturada e coesa. Com isso, espera-se uma melhor atuação na defesa dos interesses da sua categoria.

4. Atuação do Sindicato Rural de Muritiba: estudo de caso

Muritiba está localizada no Território do Recôncavo da Bahia, a 141 km da capital do estado, Salvador. Possui uma população total de 28.899 habitantes, dos quais 10.859 residem na zona rural e 18.040 na zona urbana, com o grau de urbanização de 62,4%, de acordo como o Censo Demográfico de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistas (IBGE).

Em 1889, por decreto assinado pelo governo do estado da Bahia, São Felix foi desmembrado do município de Cachoeira formando Muritiba como distrito de São Felix. Em agosto de 1919, com a Lei nº 1349, Muritiba passou à categoria município, com território desmembrado de São Félix. Sua criação ocorreu em 01 de janeiro de 1920. (IBGE, 2017).

Em 1922 com a Lei nº 1568, de 03 de agosto do mesmo ano, Muritiba passou à categoria cidade. Na divisão territorial datada de 30 de dezembro de 1936 e 1937 Muritiba configurava com três distritos, Muritiba, São José do Ápora (São José do Itaporan), Cabeças (hoje emancipado, com a denominação de Governador Mangabeira) e Santo Antônio do Jordão (hoje Geolândia). Em 30 de dezembro de 1953, com a Lei nº 628, foi criado mais um distrito Cabaceiras do Paraguaçu. Em 1962, se desmembrou de Governador Mangabeira e, em 1989, se desmembrou de Cabaceiras do Paraguaçu. Atualmente Muritiba tem São José do Itaporan como seu distrito. (IBGE, 2017).

De acordo com os dados do Censo Agropecuário 2006, do IBGE, o município de Muritiba possui 1.731 estabelecimentos agropecuários. Desse total, 1.656 (96%) são classificados como familiares e apenas 75 (4%) foram considerados como não familiares ou patronais. Esses números demonstram a importância dos estabelecimentos familiares no município. A área total dos estabelecimentos agropecuários é de 5.334 hectares, sendo que 3.116 hectares (58%) corresponde aos estabelecimentos familiares e 2.218 hectares (42%) aos não familiares.

O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STR) de Muritiba foi criado em 08 de janeiro de 1987. De acordo com o seu estatuto, é uma entidade sindical de primeiro grau, associação sem fim lucrativo, por prazo indeterminado, número ilimitado de sócios, os quais não respondem solidária ou subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela entidade, abrangendo os membros da categoria, independente das suas convicções políticas, filosóficas, partidárias ou religiosas, e sem discriminação de cor, raça ou gênero. Com sede e foro na cidade de Muritiba, estado da Bahia, o Sindicato foi constituído para defesa, coordenação e estudo dos interesses profissionais, individuais e coletivos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do município, como consta no seu estatuto. O Sindicato é regido pela legislação em vigor, pelos Estatutos da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado da Bahia - FETAG-BA.

Os órgãos de deliberação, administração, execução e de fiscalização do Sindicato é a Assembleia Geral, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, o mesmo é composto por

três conselheiros titulares e mais três conselheiros suplentes. A Assembleia Geral é composta pelos sócios. Segundo o presidente do STR de Muritiba, o sindicato possui 894 associados ativos, dos quais 75% são mulheres. Para ele, a maioria é do sexo feminino devido ao fato de que os homens saem para trabalhar fora para complementar a renda e a mulher fica no campo. A Diretoria Executiva é composta pela presidência e sete secretarias: a Secretaria Geral, de Finanças, de Mulheres, de Jovens e Adolescentes, de Políticas Agrícolas e Meio Ambiente, de Políticas Sociais e Organização Sindical. O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Muritiba atende especificamente à categoria agricultura familiar.

De acordo com o presidente, 70% dos associados têm acima de quarenta anos. O mesmo ressalta que é preocupante a falta dos jovens trabalhando na agricultura familiar. Em uma tentativa de melhorar esse quadro, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Muritiba está trabalhando com incentivo aos jovens. “Agora mesmo conseguimos perante ao governo o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) na modalidade campo” (Presidente do STR). Esse programa oferece qualificação profissional para jovens agricultores familiares que não concluíram o ensino fundamental.

De acordo com Picolotto (2009), as políticas de incentivo à agricultura familiar e o reconhecimento da categoria tornaram-se mais evidentes através da unificação dos sindicatos rurais e a união com o MST na década de 1990. Para o presidente do STR de Muritiba, a criação da categoria agricultura familiar foi de grande importância para o sindicato rural, pois trouxe políticas importantes que fez com que um número maior de agricultores buscasse o sindicato para se associar e, com isso, os sindicatos se fortaleceram. Para que os agricultores do município tenham acesso à essas políticas, o STR contribui com acesso a documentos, levando informações dos direitos que os agricultores possuem.

O STR de Muritiba se fortaleceu muito após a criação da política pública do PRONAF e ao passar a atender unicamente à categoria agricultura familiar. O presidente fala que hoje consegue trazer os agricultores para as discussões e, com isso, conquista melhorias para os mesmos. Como pode ser comprovado na fala do presidente:

Eu digo uma coisa, o sindicato mudou a cara, é um grande sindicato, desde que surgiu o PRONAF, o Agroamigo do Banco do Nordeste, o Bolsa Estiagem uma série de coisa que contribui para o crescimento da cidade, onde chegamos, o nome de Muritiba é visto. Antes das políticas

para a agricultura familiar só tínhamos uma bicicleta, hoje contamos com uma sede, sub sede, moto, carro e estamos até tirando carteira de habilitação dos agricultores.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Muritiba relata que essas políticas eram mais fortes no governo anterior: “o governo do PT de Lula e Dilma ajudou muito o agricultor, pois é um governo de esquerda que luta pela base (pela classe rural), a gente avançou muito”. Hoje ele fala que está presenciando o enfraquecimento dessa política, devido à falta de incentivo do governo atual, que afetou muito o sindicato e preocupa-se com o futuro incerto dessas políticas:

Afetou tanto que nós hoje ficamos tristes, o governo atual quer acabar com os sindicatos, com os movimentos sindicais. Tá passando pente fino nos auxílios doenças, auxílio maternidade, está querendo tirar do agricultor. Se continuar como está vai ser o fim dos sindicatos, não só dos sindicatos, mas do país né!

De acordo com o presidente do STR, a grande maioria dos trabalhadores rurais do município está ligada a alguma associação da sua comunidade. As associações comunitárias, para o STR, são grandes parceiras do Sindicato na busca de melhorias para o agricultor familiar. Hoje, o município de Muritiba tem 15 associações de agricultores ligadas ao Sindicato. Ainda de acordo com o presidente, o Sindicato, as associações e o representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (CMDS) se reúnem para discutir a agricultura familiar no município. Essas reuniões acontecem na sede do Sindicato sempre na última quinta-feira de cada mês.

O principal desafio que a agricultura familiar do município de Muritiba enfrenta hoje, para o presidente do STR, é a dificuldade na comercialização dos seus produtos. No município, são poucos os agricultores que conseguem comercializar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Outra dificuldade enfrentada pelos agricultores, segundo o presidente, é a falta de assistência técnica e para resolver esse impasse o Sindicato tem buscado perante a prefeitura a contratação de um técnico agrônomo para essa categoria.

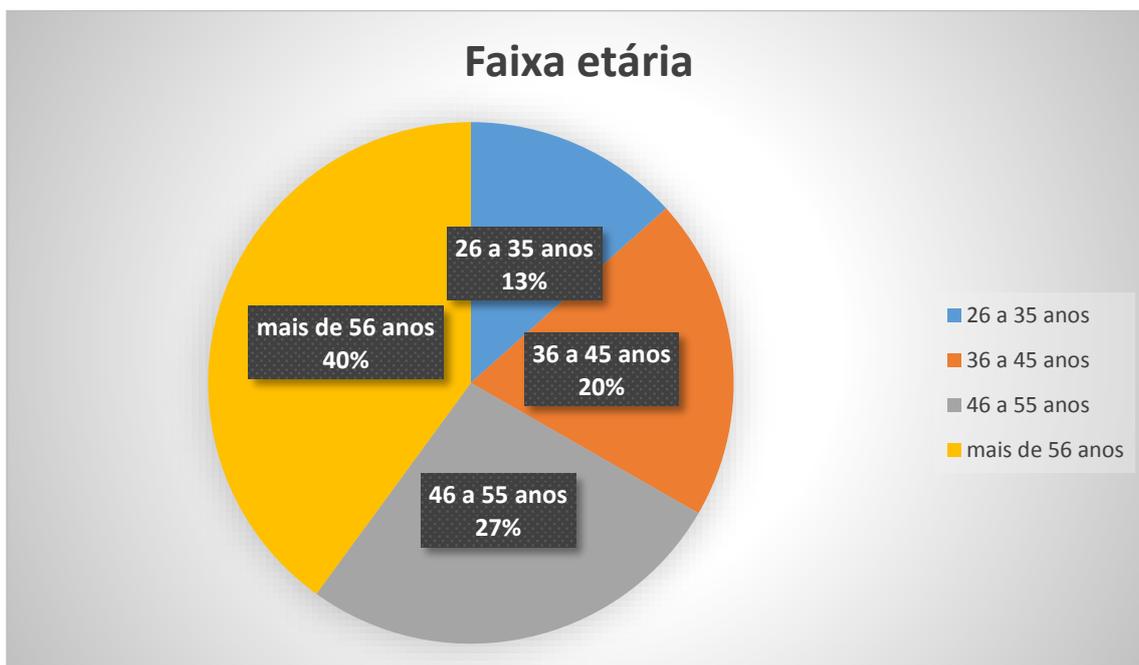
O estudo de caso realizado por Santos (2014) no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cruz das Almas mostra que, diferente dos agricultores familiares de Muritiba, os de Cruz das Almas conseguiram transformar a agricultura em algo mais abrangente que uma “agricultura de subsistência”, proporcionando avanços econômicos de melhoria da qualidade de vida, pois além de consumir os produtos, os mesmos passaram a ter mais

possibilidade de comercializar, através das políticas de alimentação escolar e nas feiras livres da cidade, também com o potencial de comercializar para outras regiões.

4.1 Sindicato dos Trabalhadores Rurais na visão dos associados

O trabalho de campo foi realizado através de entrevistas com 15 agricultores de nove comunidades da zona rural de Muritiba dentre essas: Posto Sanca, Beija-Flor, Maribondo, Pau-Ferro, Baixa Grande, Fazenda Cardial, São José do Itaporã, Fazenda Alegre e Pindobeira. Do total dos entrevistados, doze são mulheres e apenas três são homens. Analisando a faixa etária, verificamos que 14% dos entrevistados têm entre 26 e 35 anos; 21%, entre 36 e 45 anos; 29%, entre 46 e 55 anos; e 36% têm acima de 56 anos, conforme o Gráfico 1. Constatou-se que entre os entrevistados a maioria é do sexo feminino e está acima de 45 anos de idade.

Gráfico 1 - Faixa etária dos entrevistados



Fonte: pesquisa de campo.

Quanto à escolaridade, dois dos entrevistados não são alfabetizados, cinco têm o ensino fundamental incompleto; quatro têm o ensino médio incompleto; e quatro têm o ensino médio completo. Dois dos entrevistados tem agricultura familiar como sua fonte de renda; nove dos entrevistados têm a agricultura familiar como a principal fonte de

renda, porém, para complementar a renda, contam com o Bolsa família e venda de produtos (roupas, bijuterias e produtos de beleza). Essas vendas são feitas na própria comunidade. Quatro dos agricultores entrevistados não têm a agricultura como principal fonte de renda; desses quatro, dois são aposentados, um motorista e um carpinteiro.

Analisando o tamanho da propriedade, constatou-se que sete dos entrevistados possuem de 1 a 2 tarefas; seis possuem entre 3 e 5 tarefas; um entrevistado possui 6 tarefas; e um possui 40 tarefas. E esses dois últimos são os que vivem apenas da agricultura, o que demonstra a importância do tamanho da propriedade para a sobrevivência através da agricultura como fonte de renda. Como destaca o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais: “infelizmente o pequeno agricultor que tem um pedaço de terra pequeno para plantar não tem condição de viver apenas da agricultura”. E para resolver esse impasse o Sindicato busca por políticas que possam beneficiar esse agricultor.

Os entrevistados têm entre seis e quinze anos de sindicalização, apenas um dos entrevistados tem trinta anos de sindicalização. Quando questionados sobre os objetivos de serem associados, todos responderam para ter acesso a benefícios (aposentadoria, auxílio doença etc.), além de considerarem como espaço de lazer. “Eu vou para a academia todos os dias no sindicato lá eu me divirto muito. O sindicato é muito importante para a gente aqui”. O que demonstra que, entre os entrevistados, o sindicalismo rural não perdeu seu caráter assistencialista. Santos (2014), ao analisar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cruz das Almas, relata que essas práticas assistencialistas confundem o verdadeiro sentido do movimento sindical, que é de um movimento de protesto e demanda aos poderes públicos na busca de melhoria nas políticas agrícolas. Por outro lado, essas práticas classificadas como assistencialistas são o reflexo das próprias atitudes dos agricultores e da forma como percebem o papel do sindicato.

Já o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão, segundo Pirin (2006), perdeu muito do caráter assistencialista, sendo atualmente mais propositivo, conseguindo negociações com os governos, de forma que os resultados são concretos. No início, para o autor, mantinha práticas assistencialistas, depois se tornou um instrumento de luta.

As reuniões entre o STR de Muritiba e os agricultores familiares do município ocorrem mensalmente nas comunidades. Os assuntos discutidos são com relação aos

benefícios (auxílio doença, aposentadoria etc.) e também sobre as culturas produzidas. As assembleias gerais ocorrem na sede do Sindicato duas vezes ao ano, com a participação da maioria dos associados, na qual, de acordo com o presidente, os agricultores têm boa participação (discutem, opinam e votam). Porém, nove dos agricultores entrevistados disseram participar apenas como ouvinte, quatro participam ativamente e dois não participam. Os que não participam alegam falta de tempo.

Foi perguntado aos agricultores entrevistados se possuíam a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que é o reconhecimento do agricultor(a) como agricultor familiar, indispensável para acessar as políticas públicas como o PRONAF, além de ser um documento comprovando as atividades agrícolas do agricultor para aposentadoria. Doze dos entrevistados dizem ter DAP e falam que não tiveram nenhum tipo de dificuldade para conseguir. Todos esses já acessaram o Agroamigo, que é um programa de microcrédito produtivo voltado para o meio rural do Brasil, que se propõe a melhorar a situação social e econômica do(a) agricultor(a) familiar de baixa renda. Segundo os entrevistados, o sindicato contribuiu para que eles pudessem acessar essa política. E os três que não têm DAP, dizem não ter interesse em adquirir o financiamento do programa (Agroamigo), e o motivo da falta de interesse para uns é que o valor é muito baixo, enquanto outros têm receios que a produção não renda o esperado e não consigam quitar o financiamento, como relata um agricultor. “A gente faz o empréstimo para produzir, mas muitas vezes a produção não dá boa e temos que nos virar para pagar o empréstimo, daí o prejuízo maior”. (Entrevistado 1).

Todos os entrevistados disseram que o Sindicato é muito importante porque, além de facilitar o acesso à previdência social rural, proporciona assistência médica, jurídica e lazer. Acreditam que o Sindicato contribui para o bem-estar e a melhoria na qualidade de vida dos agricultores familiares do município. Como relata um agricultor:

O sindicato é uma segurança para nós agricultores, através dele é que conseguimos reforço para nossa plantação, pois ele fornece semente e, também, se eu precisar de um empréstimo para investir na produção, eles orientam como fazer. O sindicato também é nossa garantia de aposentadoria (Entrevistado 8).

Foram elaboradas algumas questões buscando identificar como se dá a relação de confiança entre os associados, e desses com o presidente, no sentido de compreender a existência do capital social no Sindicato.

Quando perguntados sobre a confiança nas pessoas da comunidade, nove disseram que não confiam na maioria das pessoas de sua convivência. Porém, quando perguntados sobre cooperação na comunidade, dez entrevistados disseram que se ocorrer um problema na comunidade é muito provável que as pessoas cooperem para resolver, três acreditam ser relativamente provável cooperarem e apenas dois acham muito improvável que cooperem. Percebe-se que, entre os entrevistados, prevalece a colaboração quando os resultados beneficiam a todos, porém entendemos que para a cooperação acontecer é necessário que haja confiança.

Com relação ao nível de confiança nos membros do Sindicato, apenas um dos entrevistados confia em parte, e quatorze dos entrevistados disseram confiar totalmente e os mesmos disseram que eles estão sempre dispostos a ajudar caso eles precisem, como fala um agricultor: “eu confio sim no pessoal do Sindicato. Sempre que precisei eles me ajudaram e quando eles não podem fazer, nos indicam o que devemos fazer ou quem devemos procurar. O que eles podem fazer para ajudar eles fazem”. (Entrevistado 4).

Já no que diz respeito ao nível de confiança no presidente do Sindicato, todos os entrevistados disseram confiar totalmente. Considerando as entrevistas realizadas, identificou-se que os agricultores confiam no Sindicato e o consideram importante e necessário para a conquista da melhoria na qualidade de vida da categoria.

5. Considerações finais

O presente trabalho teve como tema sindicalismo rural e agricultura familiar, a partir de um estudo de caso no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Muritiba, no estado da Bahia. Buscou-se discutir o papel do sindicato para o fortalecimento da agricultura familiar. Para tanto, foram feitas entrevistas com 15 agricultores associados e, também, com o presidente do Sindicato.

Nota-se que, com o surgimento de políticas específicas para a agricultura familiar a partir do final dos anos 1990, aumentou o número de agricultores dentro do Sindicato tornando-o mais fortalecido, já que a organização representativa dos agricultores contribui no acesso à essas políticas públicas para os agricultores associados.

No entanto, a partir do ano de 2016, o movimento sindical está passando por certa estagnação, devido à diminuição dos incentivos às políticas públicas destinadas aos agricultores familiares, afetando diretamente o setor e, conseqüentemente, o Sindicato

Rural de Muritiba. Um dos maiores desafios é melhorar a comercialização dos produtos da agricultura familiar.

As entrevistas realizadas demonstraram que existe certo grau de cooperação e confiança entre os membros do Sindicato. Para os associados, o Sindicato Rural de Muritiba pode ser considerado um espaço baseado em práticas de cooperação, reciprocidade e confiança. Isso é um aspecto importante que pode potencializar as ações do Sindicato, promovendo um maior engajamento dos associados e ações coletivas mais efetivas.

Entende-se que o sindicato pode ser mais uma forma associativa que contribua para o fortalecimento dos agricultores familiares, enquanto sujeitos políticos. Mas, é necessário o fortalecimento do capital social, pois entende-se que uma organização em que o capital social é estimulado será provavelmente uma organização mais estruturada e coesa, podendo ter uma melhor atuação em defesa dos seus interesses.

9. Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **O capital social dos territórios:** repensando o desenvolvimento rural. Economia Aplicada: São Paulo, n. 2, v. IV, p. 379-397, abr./jun. 2000.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. **O sindicalismo brasileiro a convenção e a mudança.** Orgs. Sociedade política no Brasil pós-61[online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa social, 2008. P.279-312.

ALMEIDA, Rhaiany Zavarize Dala Costa de. Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em política Sociais/UEN. **Associativismo na agricultura familiar e capital social:** uma alternativa para o desenvolvimento no meio rural brasileiro. CONINTER 3. Congresso Internacional interdisciplinar em Sociais e Humanidade. Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de outubro de 2014, n.3, v. 2, p. 385-402.

CATTANI, Antonio David. **A Outra Economia.** 1ª edição. Porto Alegre: editora Veraz, 2003.

BAPTISTA, António José Medina dos Santos. et al. **Capital Social e Desenvolvimento das Comunidades Piscatórias de Cabo Verde:** estudo de caso da ilha de Santiago.

Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco – Acre, 20 a 23 de julho de 2008.

BRASIL, LEI Nº 11.326, de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 16 Julho. 2018

FAVARETO, Arilson. **Agricultores, trabalhadores: Os trintas anos do novo sindicalismo no Brasil**. Revista brasileira de ciências sociais, vol. 21, nº 62, out 2006.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4º ed. São Paulo: Atlas, 1994.

IBGE –Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/muritiba/panorama>. Acesso em 06 de Agosto 2018.

MALAGODI, E. A. Sindicatos de trabalhadores rurais e agricultura familiar (Apresentação). In: XI Encontro Brasileiro de Sociologia. São Paulo/Campinas, 2003. Disponível em:<http://www.sbsociologia.com.br/portal/?searchword=SINDICATO+&searchphrase=any&limit=20&ordering=newest&Itemid=99999999&option=com_search> . Acesso em 02 Junho 2018.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo** / Rio de Janeiro FASE, 1989.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Sindicalismo Rural**. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTAJANO, Paulo e FRIGOTTO, Gaudêncio. Dicionário da educação do campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular. p. 706-713, 2012.

MIRANDA, Maria Bernadete. **História do Sindicalismo no Brasil**. Revista Virtual Direito Brasil – volume 5 – nº 1 – 2001.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **A emergência dos “agricultores familiares” como sujeitos de direitos na trajetória do sindicalismo rural brasileiro**. Centro de estudos históricos rurais. Mundo Agrário, vol. 9, nº 18, 2009.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **A formação de um sindicalismo de agricultores familiares no Sul do Brasil.** Sociologias, Porto Alegre, ano 16, nº 35, jan/abr 2014, p. 204-236.

PICOLOTTO, Everto Lazzaretti; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **A representação política no sindicalismo rural:** antigos e novos autores. 40º Encontro Anual da Anpocs ST 34 - Trabalho, trabalhadores e ação coletiva. Edital de Ciências Humanas e Sociais - MCTI/CNPq/MEC/CAPES, n. 22/2014.

PININ, Lizandra. **Sindicalismo rural e agricultura familiar no município de Francisco Beltrão-PR.** 2006. 209f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal de Londrina, Londrina 2006.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. Dez qualidades da agricultura familiar - Rio de Janeiro: **AS-PTA**, 2014. - (Agriculturas: experiências em agroecologia; cadernos de debate; n.1).

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia:** a Experiência da Itália Moderna. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. 5ª edição, Rio de Janeiro: ed. FGV, 2006.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

REIS, Andrezza Vaz dos; NASCIMENTO, Letícia Pinheiro; TEIXEIRA, Maria Cecília Paulino. **Sindicalismo no Brasil e o mundo do trabalho.** In: Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais III, 2013.

SANTOS; Aliane Pereira do Nascimento. **Sindicalismo Rural e Agricultura Familiar:** O caso do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Cruz das Almas - Bahia. 2014. 26f. Trabalho de conclusão de curso. Curso tecnologia em gestão de cooperativa, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB, Cruz das Almas. 2014.

SANTOS, Raphaela de Almeida. **O Golpe de 1964 e o "velho" sindicalismo:** entre memória e história. Anais do XVI Encontro Regional de História da anpuh-Rio: Sabores e Práticas Científicas. ISBN 978-85-65957-03-08. De 28 de Julho a 1ª de Agosto de 2014.

WANDERLEY, M. N. B. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente.** Curitiba, n. 2, p. 29-37, jul./dez. 2000.